

13 DEZ 1990

JORNAL Político e Econômico

Governo fecha no Senado seu bloco de apoio

BRASÍLIA — O governo formalizou ontem finalmente seu bloco de sustentação parlamentar no Senado. O líder do bloco, José Inácio (PST-ES) corrigiu os erros que fizeram com que o presidente do Senado, Nelson Carneiro, rejeitasse anteontem seu requerimento, encaminhado por um grupo de senadores e não pelos partidos, como exige o regimento.

Ontem, porém, antes da formalização, os senadores governistas provocaram uma nova discussão. O requerimento apresentado não indicava o líder do bloco. Os parlamentares tiveram então que recolher assinaturas e, ao final de meia hora, apresentaram novo documento formalizando José Inácio como líder.

O bloco, no entanto, ainda é assunto polêmico. Durante a sessão, senadores oposicionistas, como Jamil Haddad (PSB-RJ) e Mansueto de Lavoura (PMDB-PE) levantaram questionamentos se a formação do bloco não deve acabar com as lideranças dos partidos que o compõem. O assunto chegou a tumultuar a sessão do Senado. Nelson Carneiro prometeu levar a decisão para a Comissão de Constituição e Justiça, onde já tramita uma questão de ordem semelhante, feita por Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE) na sessão de anteontem. Caso se aceitem essas questões de ordem, as lideranças dos partidos perderiam suas prerrogativas de gabinete e horário em plenário, passando a ser somente vice-líderes do bloco.

Independente das polêmicas, o bloco é formado por 30 senadores, segundo Ney Maranhão (PRN-PE), oriundos do PFL, PTB, PRN, PDC, PDS, PST e PSL. Mas a nova formação foi ironizada pela oposição. "Esse bloco não chega nem ao Carnaval", brincou Jamil Haddad. O senador lembrou que o bloco só terá os dois dias que faltam de esforço concentrado para mostrar seu peso. Para manter-se na legislatura seguinte, terá que ser formalizado novamente com o apoio dos senadores eleitos. José Inácio não explicou as razões da formação do bloco apenas para esses dois dias. Ele descartou, entretanto, qualquer possibilidade de o novo grupo pleitear a Presidência do Senado na próxima legislatura. O senador também não garante que o bloco seja capaz de evitar a aprovação de uma política salarial durante o esforço concentrado.